



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RENAN VINÍCIUS SILVA LEAL

MÉTODO ECONÔMICO EM KEYNES: A ONTOLOGIA ORGÂNICA E O TEMPO

SALVADOR

2014

RENAN VINÍCIUS SILVA LEAL

**O MÉTODO ECONOMICO EM KEYNES: A ONTOLOGIA ORGÂNICA E O
TEMPO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de ciências econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial para à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

**SALVADOR
2014**

L434 Leal, Renan Vinícius Silva
Método econômico em Keynes: a ontologia orgânica e o tempo/ Renan Vinícius Silva Leal. – Salvador, 2014.
41 f.; Il.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Economia. Orientador: Profº Drº Luiz Antônio
Mattos Filgueiras.

1. Economia. 2. Keynes – método econômico. 3. Revolução
Keynesiana. I. Universidade Federal da Bahia. II. Filgueiras,
Luiz Antônio Mattos. III. Título.

CDD: 330

RENAN VINÍVIUS SILVA LEAL

O MÉTODO ECONOMICO EM KEYNES: A ONTOLOGIA ORGÂNICA E O TEMPO

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de ciências econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial para à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em de dezembro de 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras

Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Antônio Renildo Santana de Souza

Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco

Faculdade de Economia da UFBA

Dedico este trabalho à minha mãe, meu pai e
Renata.

RESUMO

A Revolução Keynesiana, como ficou conhecida a mudança paradigmática iniciada a partir da publicação da *Teoria Geral* de Keynes, representou uma ruptura teórica em relação ao *mainstream* Clássico anterior. Entretanto, releituras posteriores sobre as ideias expostas na obra foram recebendo diversas interpretações empobrecedoras e simplistas; entre elas, a que passaria a ser conhecida como “keynesiana neoclássica ou bastarda”, que reduziu as ideias de Keynes sobre a possibilidade de desemprego aquém do pleno emprego a um mero caso especial do pensamento Clássico. Em que pesem as já conhecidas diversas divergências teóricas entre as principais ideias de Keynes e aquilo que ficou conhecido como pensamento Keynesiano, muitas das concepções metodológicas e filosóficas do pensamento original de Keynes foram igualmente desprezadas. Sobretudo no que concerne a dois aspectos principais, existem significativas diferenças entre o método de Keynes em relação à metodologia da economia ortodoxa. O primeiro aspecto principal do método em Keynes diz respeito à importância do tempo; tanto o tempo histórico, em que a irreversibilidade temporal e a *path-dependence* são centrais na compreensão da instabilidade estrutural da economia, quanto o tempo expectacional, dada a incerteza fundamental em relação ao futuro. O segundo aspecto, em contraste com a ontologia atomista neoclássica, Keynes se utiliza de uma ontologia organicista, em que a complexidade inerente ao ser humano possibilita a emergência de resultados não intencionais em nível agregado a partir de decisões individuais, o que, por exemplo, impossibilitaria qualquer possibilidade de microfundamentação da macroeconomia keynesiana. Esse trabalho, por conseguinte, tem por objetivo, a partir do referencial teórico pós-keynesiano, compreender esses aspectos renegados do método de Keynes.

Palavras-chave: Método na Economia. Pensamento Keynesiano. Pós-keynesianos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 KEYNESIANOS NEOCLÁSSICOS: NOVOS E VELHOS KEYNESIANOS	12
2.1 KEYNES E OS VELHOS KEYNESIANOS	12
2.2 KEYNES E OS NOVOS KEYNESIANOS	17
3 METODOLOGIA NEOCLÁSSICA	20
3.1 PARADIGMA NEOCLÁSSICO POSITIVISTA	20
3.2 INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E O TEMPO NA TEORIA NEOCLÁSSICA	23
4 KEYNES, PÓS-KEYNESIANOS E MÉTODO	29
4.1 KEYNES PÓS-KEYNESIANOS	29
4.2 KEYNESIANISMO FILOSÓFICO	32
4.2 ONTOLOGIA ORGÂNICA E O TEMPO	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O arcabouço teórico de qualquer campo do conhecimento que se preze como ciência é, sem sombra de dúvida, de extrema relevância. Mas essas estruturas teóricas nas diversas áreas do saber não surgem ao pensador de maneira arbitrária, desordenada e sem critério. Elas requerem um metódico e sistemático *método* científico que permita a articulação de ideias e pensamentos com o objetivo de conhecer um determinado objeto ou realidade. A ciência econômica, sendo ela mesma um campo do saber, não diverge nesse sentido; os principais autores e escolas do pensamento econômico se utilizaram e utilizam de rigorosos métodos para compreender os seus objetos de estudo e a realidade econômica. Todo processo de conhecimento tem como fundamental a relação entre sujeito e objeto, e as diferentes visões sobre como se materializa essa relação é o que dá origem às diferentes concepções metodológicas. O método pode ser definido como o caminho percorrido pelo pensador em busca da compreensão de determinado objeto de estudo, tendo como pano de fundo uma prévia concepção de mundo (CORAZZA, 2003, p. 43). Toda teoria, ao buscar compreender uma realidade determinada, estará condicionada pelo seu respectivo método, pois é a partir dele que se definem as premissas básicas do modelo e a forma de articulação das ideias; logo, as diferentes teorias econômicas possuem diferentes métodos em que se apoiam (FERRARI, 2003, p. 1).

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é a sistematização de aspectos metodológicos do pensamento de Keynes que foram modificados durante o processo de neoclassização de seu pensamento, mas que são fundamentais para a compreensão da real revolução que significou e significa as ideias de Keynes. Os objetivos específicos, no intuito de circunscrever o objetivo geral, são dois. Primeiro, entender qual o peso e importância da história no pensamento de Keynes. Os conceitos de incerteza não probabilística e irreversibilidade do tempo são conceitos que foram deixados de lado pela “síntese neoclássica”, mas que possuem ligação direta com a historicidade no pensamento de Keynes. Segundo, compreender como se dá a relação entre o todo e a partes em seu pensamento, entender qual o grau de independência do indivíduo dentro do todo social; verificar se Keynes seria um autor que, assim como os neoclássicos, se utilizou do individualismo metodológico ou não.

Um conceito importante no trabalho, e que de antemão será necessário conceituar, é o do que se entende aqui por pensamento neoclássico. A definição que se usa nesse trabalho é a definição dada por Prado, em que se entende como pensamento neoclássico:

[...] um conjunto algo difuso de teoria aparentadas e que se unificam, hoje, por privilegiar o emprego de métodos matemáticos de otimização, pela adoção da suposição de que os agentes são plenamente racionais e bem informados e por centrar a análise econômica no equilíbrio (e na estática comparativa). Faz parte da teoria neoclássica os desenvolvimentos que violam uma ou mais de suas hipóteses básicas, com o fim de verificar as consequências lógicas dessa violação (PRADO, 2003, p. 198).

Ou como dito por Andrade:

As principais “convenções” compartilhadas e seguidas pelas várias correntes [do *mainstream*] são: racionalidade substantiva (ou otimizadora), a aplicação de algum *framework* de equilíbrio geral, individualismo metodológico, instrumentalismo, o conceito de escassez (e o foco da análise de troca) e o uso generalizado de sistemas formais fechados (ANDRADE, 2000, p. 80)

A revolução paradigmática iniciada por Keynes em meados dos anos 30 do século passado, que teve em sua obra *Teoria Geral* o marco inicial, modificou a forma como os economistas entendem os processos econômicos na sociedade capitalista. No pós-segunda guerra, como consequência dessa revolução, o pensamento keynesiano¹ passou a ser hegemônico dentro da economia, no período conhecido como “A Era de Ouro” do capitalismo, dos anos 50 até meados dos anos 70. Apesar de esse período ser considerado a época de hegemonia Keynesiana, alguns autores a consideram como a época de hegemonia do “keynesianismo bastardo²”, em que as ideias de Keynes passaram por uma transformação teórica reducionista, sendo ela encaixada como um caso especial da teoria clássica. Uma ínfima parte das ideias importantes de Keynes foi incorporada ao paradigma neoclássico, até onde foi possível essa interpenetração³, sendo essa contribuição resumida à situação em que os preços e salários são rígidos na economia (LIMA, 1989; LIMA, 1992; SICSÚ, 1999; ANDRADE, 2000)

Exatamente por ser revolucionária, alguns aspectos da teoria de Keynes foram renegados pelo *mainstream* da economia, na medida em que eram incompatíveis com o núcleo duro da teoria neoclássica. Assim como variadas particularidades teóricas foram postas de lado durante o processo de neoclassificação do pensamento de Keynes, aspectos metodológicos e filosóficos

¹ Neste trabalho, quando se fala em keynesianos e/ou pensamento keynesiano, está se referindo especificamente aos autores velhos ou novos keynesiano, não estando presente nesse conceito os pós-keynesianos.

² Joan Robinson denominou de “keynesianismo bastardo” o pensamento que surgiu a partir da “síntese neoclássica”, uma mistura de ideias keynesianas com ideias ortodoxas neoclássicas.

³ O conceito de demanda efetiva, central em Keynes, foi um dos conceitos relevantes no pensamento de Keynes que não foi incorporado pela a ortodoxia, devido à impossibilidade de compatibiliza-lo coma lei de Say, central para o paradigma ortodoxo.

essenciais à compreensão de suas ideias econômicas foram igualmente renegados (ANDRADE, 2000).

Dessa incompatibilização e insatisfação, tanto teórica quanto metodológica, com o que se convencionou chamar de teoria keynesiana, é que surge a teoria pós-keynesiana, em quem se apoia esse presente trabalho. Com o intuito de dar continuidade à linha teórica desenvolvida por Keynes, os pós-keynesianos buscam então, a partir dos *insights* fundamentais do pensamento de Keynes, compreender a realidade econômica da maneira que ela se apresenta de forma concreta. Conceitos como incerteza, expectativas e moeda são fundamentais para a análise econômica; em que o tempo histórico - e não apenas lógico - acrescenta consequências diversas sobre a forma como os diferentes agentes se comportam e como o próprio sistema funciona em sua normalidade.

O projeto se justifica por três motivos: 1) a importância que o pensamento de Keynes tem na economia, ao representar um marco no desenvolvimento da ciência econômica; 2) a revolução keynesiana foi eclipsada pela “síntese neoclássica” e muitas das contribuições de Keynes, tanto teóricas quanto filosóficas, foram deixadas de lado e necessitam de uma releitura mais apurada, por possuírem *insights* relevantes à compreensão do sistema econômico; e 3) Por último, a incapacidade explicativa da ortodoxia econômica na atualidade, o que obriga os economistas a recorrerem a outros autores na tentativa de melhor compreender a complexidade dos sistemas econômicos. Essas três justificativas podem ser resumidas da seguinte forma: uma releitura mais apurada do pensamento keynesiano - entendido aqui a partir das contribuições do próprio Keynes - é relevante pela importância histórica, teórica e crítica que representa o pensamento de Keynes, tanto para a história do pensamento econômico quanto pela atualidade de suas ideias, dentro de um contexto de crise econômica do capitalismo e da incapacidade explicativa do paradigma neoclássico.

Para isso, utiliza-se aqui o arcabouço teórico pós-keynesiano, a partir da agenda do Keynesianismo Filosófico:

[...] uma promissora linha de pesquisa [que] tem procurado reavaliar a obra de Keynes sob um prisma em que ele é visto não meramente como um economista, mas como um “filósofo-economista”, da mesma forma que o foram Smith, Marx e Stuart Mill (ANDRADE, 2000, p. 76).

A leitura reducionista de Keynes unicamente a partir de seu pensamento de cunho econômico, ou mesmo apenas de sua *Teoria Geral* impede a compreensão do todo filosófico em que está inserida sua obra.

O trabalho está organizado em três seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na seção seguinte fazemos um retrospecto do pensamento keynesiano neoclássico e sua relação com o pensamento de Keynes, num primeiro momento os velhos keynesianos e no segundo os novos keynesianos e suas modificações em relação à visão “velha”. Na terceira seção, analisamos os aspectos metodológicos neoclássicos, compartilhado por Keynesianos neoclássicos, tanto velho como novos; o individualismo metodológico e a não importância da história em suas análises, fazendo a relação entre esses aspectos metodológicos com a visão positiva de ciência. Por último, se apresenta a visão pós-keynesiana e sua agenda do Keynesianismo Filosófico, mostrando a visão ontológica orgânica de Keynes e a importância da história em seu pensamento.

2 KEYNESIANISMO NEOCLÁSSICO: NOVOS E VELHOS KEYNESIANOS

Neste capítulo do trabalho, busca-se demonstrar, de maneira sintética, o processo de neoclassização do pensamento de Keynes. Esse processo, em primeiro lugar, aconteceu com o desenvolvimento da “síntese neoclássica”, que reduziu os *insights* revolucionários do pensamento de Keynes de forma a poder encaixá-lo dentro um paradigma neoclássico. No segundo momento, o processo continuou com os novos keynesianos, aprofundando ainda mais a aproximação com o pensamento neoclássico, afastando-se do pensamento de Keynes.

2.1 KEYNES E OS VELHOS KEYNESIANOS

A publicação da *Teoria Geral* (TG) em 1936 representou um marco no pensamento econômico. O mundo capitalista passava por sua mais severa crise até então, sem perspectiva de superação, devido à ineficácia das políticas econômicas de não intervenção que se propunha como forma de enfrentamento da crise mundial deflagrada em 1929. O saber convencional da época, baseado nas regras do padrão-ouro, tinha na dupla câmbio fixo e orçamentos equilibrados a sua essência, o que impedia que políticas fiscais expansionistas fossem sequer pensadas naquele momento (MAZZUCHELLI, 2013, p. 212). Essa inépcia agravou e aprofundou as consequências sócias da crise, tornando impossível a continuidade desse tipo de política econômica. É nessa conjuntura histórica de crise mundial e de desconfiança em relação às políticas econômicas que é lançado a TG.

A TG representou um marco na historia do pensamento econômico, por colocar em dúvida muitas das certezas até então tidas como verdades absolutas dentro da teoria hegemônica ortodoxa. A análise (neo)clássica dos fenômenos econômicos defendia (e ainda defende) a ideia que a economia possuía forças internas, inerentes ao próprio sistema, capazes de reestabelecer por si mesma o equilíbrio de pleno emprego da economia, processo conhecido como *market clearing*. Em momentos de funcionamento anormal, a própria lógica da economia de mercado conduziria o sistema ao seu funcionamento pleno e normal, sem desemprego de fatores produtivos.

Keynes, por outro lado, buscou mostrar que, mesmo quando os pressupostos neoclássicos eram considerados, nada permitia concluir que o *market clearing* era a lógica de funcionamento do sistema, que faria com que a economia estabelecesse o equilíbrio de pleno emprego. Keynes, muito pelo contrario, “empenhou-se em demonstrar que o equilíbrio aquém do pleno emprego é de fato a condição normal de uma economia dessa natureza” (LIMA, 1992, p.27). O funcionamento normal de uma economia de mercado seria aquele em que não

só o desemprego involuntário teria uma existência efetiva, como também seria sua regra de funcionamento padrão.

Uma das contribuições mais importantes do pensamento de Keynes foi a de mostrar que mesmo que analisemos a economia a partir dos pressupostos neoclássicos, tais como a competição perfeita e firmas maximizadoras de lucro a curto prazo, é possível demonstrar que tal sistema não apresenta forças endógenas capazes de gerar processo de auto-estabilização, em situação de pleno emprego (LIMA, 1989, p. 41).

Essas conclusões de Keynes, opostas à da ortodoxia clássica, derivam da discussão sobre a diferença analítica fundamental entre o Princípio da Demanda Efetiva (PDE) e a Lei de Say. O PDE, como uma “anti-lei de Say”, implica que - numa economia monetária de produção, em que a moeda exerce todas suas funções – são os gastos autônomos que determinam as receitas monetárias (POSSAS, 1999, p. 20). De maneira simplificada: é a demanda *esperada* pelas firmas (definida *ex ante*) que determina o produto e o nível de emprego da economia. Se as empresas não esperam que haja demanda pelas suas mercadorias haverá uma diminuição da produção e do nível de emprego, buscando compatibilizar a demanda agregada esperada com a oferta agregada. A Lei de Say, entretanto, afirma que é a oferta que determina a demanda, o que implica que a economia está sempre em pleno emprego e que não existem crises de superprodução na economia; as únicas crises possíveis seriam crises setoriais. Essa “lei” seria verdade se falássemos de uma economia troca, em que as mercadorias não são trocadas por moeda, mas por outras mercadorias; em que a moeda não tem importância alguma. Segundo Keynes (1936 *apud* MIRANDA, 1996, p. 140), a aceitação de Lei de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, na determinação do nível de emprego e no volume de produção da economia, “equivale a dizer que não há obstáculos ao pleno emprego”. Não sendo essa lei verdadeira, como acreditava Keynes:

[...] há um capítulo de importância capital na teoria econômica que ainda não foi escrito, e sem o qual são fúteis todos os estudos relativos ao volume do emprego global (KEYNES, 1936, cap.3, p. 26, *apud* MIRANDA, 1996, p. 140).

Keynes advogava que, numa economia monetária como a que vivemos, a moeda é o elemento estratégico fundamental, capaz de gerar flutuações da demanda efetiva, e conseqüentemente, no volume de emprego da economia (LIMA, 1992). Segundo o PDE, numa economia em que a moeda exerce todas as suas funções, a obrigatoriedade e essencialidade da moeda em todo tipo de transação implica numa assimetria entre dinheiro e mercadoria, tendo como consequência a autonomia dos gastos em relação às receitas, dado o poder de compra universal representado pelo dinheiro em uma economia monetária (POSSAS, 1999, p. 17). Segundo Kaldor:

[...] em uma economia capitalista o nível de produção em geral não é determinado pela disponibilidade de recursos, mas pela demanda efetiva, que determina quanto dos recursos em potencial serão efetivamente utilizados (1988, p. 153 apud LIMA, 1992, p. 136, nota nº 12, tradução nossa).

A partir dessa conclusão, Keynes passa então a se debruçar sobre as demais possibilidades de nível de emprego e produção que se abre com a negação da Lei de Say e a aceitação do PDE.

Nessa perspectiva, o pensamento de Keynes abre uma nova forma de pensar os fenômenos econômicos em nível macroeconômico, muito diferente da visão (neo)clássica de modelos de equilíbrio estático. A sua *Teoria Geral*, como o próprio nome indica, busca compreender o funcionamento geral de uma economia de mercado da forma como ela acontece na realidade, em todas suas possibilidades. Na realidade concreta a economia não funciona em pleno emprego; o desemprego involuntário é real e nada, numa economia monetária de produção, indica que a própria lógica interna possa reestabelecer algum tipo de equilíbrio de pleno emprego; como a própria crise de 29 mostrava em seu desenrolar catastrófico.

Keynes empenhou-se em demonstrar que havia formulado uma teoria macroeconômica geral, vale dizer, capaz de incorporar a ortodoxia dominante como um mero caso especial. Essa generalidade, por sua vez, pode ser associada a três características diferentes da TG, quais sejam: a) o fato de ser uma teoria do produto como um todo; b) sua compatibilidade com a existência de um espectro variado de níveis de equilíbrio, enquanto a ortodoxia clássica permanecia confinada ao equilíbrio de pleno emprego; e c) sua aplicabilidade a todas circunstâncias sob as quais pudesse ocorrer a produção capitalista (LIMA, 1992, p. 26).

Como resposta aos ataques feitos por Keynes ao arcabouço neoclássico, surge, dentro desse mesmo paradigma, uma interpretação reducionista das ideias da TG. Essa interpretação, conhecida como Keynesianismo Neoclássico (síntese neoclássica ou Velho Keynesianismo), tentou compatibilizar e conciliar dentro de uma mesma teoria alguns aspectos do pensamento teórico de Keynes com o núcleo duro do pensamento neoclássico, ou melhor, reduziu o pensamento de Keynes a um caso especial do pensamento Clássico. Como dito por Lima (1992, p. 26), Keynes empenhou-se, justamente, em mostrar que sua formulação da TG era mais ampla e geral que a visão ortodoxa dominante, e a incorporava como um “mero caso especial”. Ou seja, a ideia de Keynes, de superar e incorporar o paradigma ortodoxo, foi invertida, passando ele mesmo a ser incorporado dentro do pensamento ortodoxo, como um caso especial.

O processo de neoclassização das ideias econômicas de Keynes se inicia a partir da releitura da TG feita por Hicks em seu famoso artigo de 1937, “Mr. Keynes and the “Classics”: A Suggested Interpretation”. Como observou Lima:

Promovida pela síntese neoclássica, [a neoclassização] representou a tentativa desenvolvida basicamente por Hicks, Hansen, Samuelson, Modigliani e Patinkin de negar o caráter geral da teoria do emprego legada por [Keynes] (LIMA, 1992, p. 27).

A concepção clássica de um processo de auto ajustamento da economia em direção ao pleno emprego, num processo de *market clearing*, seria colocada novamente em evidência. Dessa vez, porém, seriam incorporados alguns elementos expostos por Keynes em sua TG. Nessa nova concepção, o processo de ajustamento da economia seria obstaculizado por imperfeições do sistema, que tornariam mais lento o seu movimento em direção ao pleno emprego (LIMA, 1992). O retorno ao pleno emprego não aconteceria no curto prazo, devido à rigidez de preços e salários, mas no longo prazo, num horizonte de tempo em que fosse possível pressupor a flexibilidade de preços e salários. Mas essa pressuposição, como observa Lima (1989, p. 41-42):

[...] ignora um aspecto fundamental da obra de Keynes, isto é, que, se pensarmos em termos de longo prazo, dificilmente poderemos admitir como dadas as expectativas dos agentes econômicos, pois só neste caso restrito seria possível admitir que os mercados gerassem os mecanismos adequados de regulação (LIMA, 1989, p. 41-42).

Para os autores da síntese neoclássica, em sua visão reducionista dos *insights* de Keynes, a contribuição relevante de TG foi demonstrar que - sendo rígidos os preços e salários da economia, e não perfeitamente flexíveis como supunham - o processo de *market clearing* se tornaria lento, mas não deixaria de acontecer; “[...] a economia do emprego de Keynes se converteu em mera fonte de justificativas para a lentidão do sistema em alcançar o pleno emprego[...]” (LIMA, 1992, p. 31). A grande contribuição de Keynes teria sido, para eles, a incorporação de determinados tipos de rigidez dentro do arcabouço clássico, sendo o modelo geral de Keynes reduzido a um modelo de equilíbrio geral walrasiano com restrições de preços e salários.

Diferentemente dessa suposta visão keynesiana, Keynes não considera que a possibilidade de desemprego aquém do pleno emprego tenha como causa a rigidez de preços. A importante contribuição, é demonstrar “a irrelevância dos movimentos de preços relativos ou absolutos como mecanismos capazes de determinar a renda e o emprego” (LIMA, 1989, p. 41). Os preços são incapazes de determinar o nível de atividade da economia porque a flexibilidade necessária para tal ajustamento seria tardia e/ou lenta.

Keynes não chegou a tal conclusão, [sobre a irrelevância dos preços relativos e absolutos na determinação da atividade econômica], porque supôs que os preços fossem rígidos, como acredita certo keynesianismo escolar, mas simplesmente porque o grau de flexibilidade razoável de ser esperado na prática seria tardio e/ou

pequeno, e assim determinaria expectativas de posteriores reduções de preços e salários com efeitos perversos sobre o emprego (LIMA, 1989, 41).

Negada a Lei de Say e a possibilidade de ajustamento através dos preços, Keynes passa então a se debruçar sobre a importância do PDE na determinação do nível de emprego e de atividade da economia. Dessa forma, Keynes incorporaria a visão clássica do pleno emprego a um caso especial de sua teoria geral.

O modelo desenvolvido por Hicks, conhecido atualmente como modelo IS-LM, foi o início da síntese neoclássica. Seu objetivo era conciliar a concepção desenvolvida por Keynes com a visão Clássica, já que, em seu ponto de vista, o modelo desenvolvido por Keynes não era completamente diferente do Clássico. Para Hicks, a principal contribuição de Keynes teria sido demonstrar a interdependência entre o mercado monetário, de bens e de trabalho. O modelo IS-LM - em que IS representa o equilíbrio entre poupança e investimento, e LM o equilíbrio entre demanda e oferta de moeda – tinha como pressuposto a possibilidade de que o equilíbrio entre o mercado real e monetário da economia pudesse ser demonstrado a partir do par renda-taxa de juros. Nesse esquema, as possibilidades de emprego aquém do pleno emprego surgem como consequência da rigidez dos salários. (LIMA, 1992, p.32). Como já dito, o modelo de Keynes não tem origem na rigidez de preços, como dá a entender o modelo hickseano.

Baseado numa estrutura de equilíbrio geral walsariano, em que não há espaço para qualquer tipo de incerteza, o modelo de Hicks peca pela incompatibilidade com o método de Keynes. Essa formulação walsariana tem como base um modelo de competição perfeita, em que o sistema funciona sob regime de perfeita mobilidade de recursos, perfeita flexibilidade de preços e perfeita informação. Nessa formulação em que se baseia o modelo do Keynesianismo Bastardo, de cunho neoclássico, não há espaço para ressaltar a incerteza fundamental que cerca os agentes, tão presente no pensamento de Keynes. (LIMA, 1992, p.32).

Além disso, ao assumirem que a moeda não desempenharia qualquer papel relevante em seus modelos, os teóricos do equilíbrio geral acabam por negar o caráter monetário da economia do emprego de Keynes. Pelos fundamentos walrasianos, o modelo macroeconômico neoclássico é monetário apenas por incluir a moeda como meio de pagamento, o que implica, por outro lado, que o comportamento das variáveis reais do sistema econômico não é influenciado por sua presença. A moeda subiria à tona como um bem qualquer, tornando independentes as dinâmicas dos setores real e monetário. Ao trabalhar com uma monetized barter economy, o modelo de equilíbrio geral subjacente às formulações da síntese neoclássica permite aos seus seguidores postular, como regra sistêmica, o equilíbrio simultâneo em todos os mercados através de sucessivos ajustamentos de preços. Contudo, essa percepção é obtida abstraindo-se o problema da incerteza e ignorando as propriedades essenciais da moeda. Como o leiloeiro [walrasiano] assegura diariamente o fornecimento de todas as informações necessárias para a

coordenação das atividades econômicas, os agentes econômicos atuam como se contassem com informações perfeitas, o que retira, por conseguinte, qualquer espaço para a incerteza. Como a moeda é neutra, eventuais instabilidades no mercado monetário não exercem qualquer tipo de efeito duradouro sobre os níveis de produto e emprego (LIMA, 1992, p. 34).

Keynes - por dar importância ao tempo histórico na tomada de decisões por parte dos agentes – pôde colocar como centrais em sua teoria conceitos fundamentais como moeda, incerteza e expectativa. Ao mesmo tempo, a incerteza em Keynes impossibilita encaixá-lo dentro de uma estrutura de equilíbrio geral walrasiano, em que a informação é completa. Portanto, a compatibilização do pensamento de Keynes com o núcleo walrasiano do pensamento Clássico, é imprópria e metodologicamente incompatível. (LIMA, 1992, p. 34).

2.2 KEYNES E OS NOVOS KEYNESIANOS

A partir do final dos anos 80, como um movimento de resposta ao surgimento da escola novo-clássica nos anos 70 e da insatisfação com a teoria keynesiana anterior (velhos keynesianos), surge a teoria novo-keynesiana⁴. A morte da teoria keynesiana de uma forma geral era dada como certa pelos autores novo-clássicos; a tese defendida por Robert Lucas em seu artigo intitulado “A morte da economia keynesiana” (1980) evidencia a descrença geral em relação à teoria keynesiana e a hegemonia da teoria novo-clássica e ortodoxa naquele momento.

É nesse contexto histórico que surgem as diversas concepções em que se baseiam a escola novo-keynesiana. Assimilando várias críticas levantada pela escola novo-clássica em relação à falta de rigor metodológico dos autores da “síntese neoclássica”, os novos-keynesianos surgem assim buscando:

[...] resgatar a respeitabilidade perdida dos modelos da síntese neoclássica, através da busca de fundamentos microeconômicos que explicassem a rigidez de preços e salários – causa básica, por eles apontada, para as falhas de mercado mesmo frente a agentes maximizadores e racionais (BARRO, 1992 *apud* AMORIM, 2002, p. 42).

A rigidez de preço e salários, como visto na seção anterior, é o núcleo central da teoria keynesiana, tanto para velhos quanto para novos keynesianos. A rigidez de preços explica a situação de funcionamento anormal do sistema econômico no curto prazo, em que o processo de ajustamento não ocorreria na velocidade necessária para se atingir o pleno emprego dos fatores produtivos. Segundo Sicsú (1999, p. 86), “para os novos-keynesianos, um preço plenamente flexível eliminaria instantaneamente excessos de oferta e demanda”. A situação de preços rígidos no curto prazo invalidaria a microeconomia walrasiana, e conseqüentemente validariam a teoria novo-keynesiana. Porém, no horizonte de longo de prazo, em que os

⁴ Sobre essa discussão ver Mankiw, 1998.

preços são flexíveis, a microeconomia walrasiana voltaria a ser útil e a macroeconomia passaria a ser novo-clássica (SICSÚ, 1999, p. 86).

O que diferencia de uma maneira geral as duas visões keynesianas, velhos e novos keynesianos, é a preocupação em dar fundamentos microeconômicos para a rigidez de preços e salários. Segundo Mankiw (1988, p. 438), a quebra de consenso que havia em relação à macroeconomia anterior aos anos 70 originou-se por razões empíricas e teóricas. As razões empíricas se explicam pela incapacidade dos velhos keynesianos em explicar o fenômeno ocorrido nos anos 70, conhecido como estagflação, em que altas taxas de inflação e desemprego ocorriam conjuntamente. Por outro lado, a razão teórica era que “o abismo entre os princípios microeconômicos e a prática macroeconômica era muito grande para ser intelectualmente satisfatória” (MANKIW, 1988, p. 438)⁵. Essa última razão é que daria ressurgimento ao paradigma keynesiano, agora preocupado em microfundamentar a macroeconomia.

Por outro lado, a teoria novo-keynesiana apresenta aspectos em comum com o pensamento novo-clássico originado nos anos 70. Segundo Amorim (2002, p. 49), apesar de existirem divergências teóricas entre as duas escolas, surgidas da rigidez de preço, ambas apresentam semelhanças importantes: a mesma visão do indivíduo marshalliano representativo, a mesma visão clássica de que os indivíduos agem em seu próprio interesse, agentes maximizadores de utilidade e de lucros, os agentes otimizam através do uso de expectativas racionais, modelos baseados na ideia de tempo lógico e, portanto, reversível, a convergência para o equilíbrio, a microfundamentação da macroeconomia e a utilização do ferramental matemático.

Dessa forma, com o que foi dito até o momento, se percebe que a teoria novo-keynesiana não apresenta divergências nucleares com os velhos keynesianos nem mesmo com os novos clássicos. Em relação à velha teoria keynesiana ainda preservam a validade da rigidez de preços como explicação para os desequilíbrios econômicos e o desemprego involuntário, apesar de possuírem um nível maior de preocupação com os aspectos microeconômicos e de buscarem um maior realismo das hipóteses (SICSÚ, 1999, p. 99). Por outro lado, em relação ao paradigma novo-clássico, o próprio Mankiw (1992, p. 10), um dos principais representantes dos novos keynesianos, chega a reconhecer a aproximação que há entre eles e

⁵ The theoretical reason is that the chasm between microeconomic principles and macroeconomic practice was too great to be intellectually satisfying (Mankiw, 1988, p. 438)

os velhos clássicos (corrente que Keynes se propôs a desconstruir), e que a utilização do termo “keynesiano” para eles talvez tenha perdido sua utilidade⁶.

A compreensão do pensamento novo-keynesiano como um representante das ideias originais de Keynes é não só empobrecedora, assim como o foi para os velhos keynesianos, quanto também é divergente em muitos aspectos, teóricos e metodológicos. A teoria de Keynes não surge da rigidez de preços de curto prazo ou das falhas de mercado que impediriam a economia de atingir a situação de pleno emprego. Na visão de Keynes, novamente, o desemprego surge mesmo quando os preços são flexíveis.

[...] a teoria de Keynes é mais geral que a teoria novo-keynesiana. Uma teoria é mais ampla, isto é, capaz de analisar uma quantidade maior de situações econômicas, quanto menor é o número de hipóteses que adota. O número de hipóteses de um modelo está inversamente relacionada à quantidade de contextos que pode ser explicada por esse modelo. Uma teoria que adote muitas hipóteses restringe o seu raio de ação. Esse é o caso da teoria novo-keynesiana (*vis-à-vis* o modelo original de Keynes exposto na *General Theory*) que seria incapaz de explicar a existência de variações do produto e do emprego em contextos de plena flexibilidade de preços e salários. Keynes prescindiu de qualquer imperfeição do mercado para explicar variações do produto e do nível de emprego (SICSÚ, 1999, p. 100).

⁶ “The new classical revolution of the 1970s left an indelible mark on the way macroeconomists off all stripes think about the economy, just as the Keynesian revolution of the 1930s did before it. New Keynesian economics is far different from old Keynesian economics – so different, in fact, that today the label “Keynesian” may generate more confusion than understanding. With new Keynesians loonking so much like old classicals, perhaps we should conclude that the term “Keynesian” has out-liver its usefulness” (MANKIOW, 1992, p. 10).

3 METODOLOGIA NEOLCÁSSICA

Esta seção tem como objetivo a compreensão de dois aspectos metodológicos ortodoxos, método esse comungado pelos novos e velhos keynesianos, em contraste com o método de Keynes e dos pós-keynesianos, como se verá nas próximas seções deste trabalho. Segundo Samuelson (1983, p. 220 *apud* BUENO, p. 129), apenas duas premissas são essenciais à construção de modelos ortodoxos: “1) a hipótese de comportamento maximizante da firma e do consumidor; e 2) a hipótese de estabilidade do equilíbrio, ou seja, a de que os mercados se auto equilibram”. Apesar de possuir aspectos teóricos diferentes da teoria neoclássica - surgidos da hipótese de restrição de preços - o pensamento keynesiano (velho e novo) compartilha das mesmas características metodológicas essenciais: o individualismo metodológico e a estabilidade estrutural, como dito por Samuelson.

3.1 PARADIGMA NEOCLÁSSICO POSITIVISTA

Segundo Ganem (2003), a racionalidade do pensamento neoclássico tem como origem a Revolução Científica Moderna nos séculos XVI e XVII, expressa, principalmente, nas “teses galileanas, na síntese da mecânica newtoniana, no empirismo baconiano e na racionalidade cartesiana”. A racionalidade científica moderna iniciada nesse período tinha como “hipótese central, a perspectiva mecanicista da natureza, do homem e do conhecimento” (p. 120), ainda restrita ao campo das ciências físicas e naturais. O surgimento das ciências sociais no século XVIII se dará a partir dessa hipótese básica mecanicista, ampliada e estendida às ciências sócias; “estende-se para à ordem social e econômica a “ordem” da natureza” (p. 124). No século XIX, Comte lançou as bases filosóficas e ideológicas do paradigma epistemológico que será dominante no próximo século nas diversas áreas científicas, inclusive na economia. O século XIX, portanto:

Assiste ao fechamento de um ciclo em que a razão positiva finalmente adquire contornos definitivos, dogmatizando-se, estendendo o padrão físico de cientificidade para as ciências sociais e assumindo claramente a racionalidade científica calcada nos atributos da lógica formal (GANEM, 2003, p. 125).

Com a razão positiva se reduzirá a ciência ao positivamente dado. No século XX, a razão positiva se aprofunda com o surgimento do Positivismo Lógico da Escola de Viena e o Racionalismo Crítico de Karl Popper⁷. A noção positiva de ciência, expandida então ao campo também das ciências sociais, principalmente à economia, tem três pilares básicos.

⁷ Sobre esse debate a respeito da filosofia da ciência e sua influência sobre a economia ver Cavalcante (2007).

Em seu desenvolvimento, a noção positivista de ciência, por mais que tenha mudado, principalmente com Popper, ao ponto de não mais ser chamada de positivismo, manteve seus pilares básicos, derivados da persistência em se separar sujeito e objeto: 1) a sociedade é tratada pela teoria como se regida por leis naturais, invariáveis; 2) a sociedade pode ser assimilada epistemologicamente pela natureza, de modo que pode ser estudada segundo os mesmos métodos empregados nas ciências naturais (monismo metodológico); 3) tal como nas ciências da natureza, o cientista deve observar fenômenos e buscar relações causais para explicá-los, de forma objetiva, ou seja, afastando todas as prenoções tal como ideologias e julgamentos de valor (LOWY, 1996, p. 17 *apud* TEIXEIRA, 2003, p. 26).

Juntamente com esse processo no campo da filosofia da ciência acontece a consolidação do positivismo na economia e a definição da ortodoxia metodológica. Segundo Corazza (2009b, p. 9/10), é com Nassau Sênior e John Stuart Mill, no século XIX, que começa a se “lançar as bases de uma ciência positiva da economia”. Com eles, no primeiro momento com Sênior, a separação da economia enquanto ciência e enquanto arte começa a se esboçar, posteriormente separada como economia positiva e normativa, respectivamente. Em Stuart Mill, a caracterização do “homem econômico”, como se verá adiante, definirá um dos fundamentos metodológicos do pensamento neoclássico: o individualismo metodológico. Segundo Corazza, “para Mill, o que diferencia a economia de outras ciências sociais é que a economia se rege pela premissa do homem econômico racional, utilitário e maximizador” (2009b, p. 10).

Como continuação da construção do pensamento positivista na economia, tem origem na economia, na segunda metade do século XIX, a revolução marginalista. Tendo como representante Stanley Jevons, Leon Walras e Carl Menger; os marginalistas tinham como foco “a substituição da teoria objetiva do valor, embasada no trabalho, por uma teoria subjetiva do valor, a partir da utilidade associada à demanda individual de um bem”. (CORAZZA, 2009b, p. 10). Além de representar rupturas teóricas, o marginalismo representou também uma ruptura metodológica (TEIXEIRA, 2003, p. 39).

A teoria neoclássica, na palavra de sua primeira geração de teóricos [os marginalistas], constituirá, no campo da ciência econômica, a mais perfeita e acabada expressão da razão positiva dentre as ciências sociais (GANEM, 2003, p. 126).

Na essência da visão metodológica desses três autores está a caracterização da economia como uma ciência social que poderia usar a mesma metodologia usada nas ciências exatas e naturais. A economia política seria para eles uma ciência pura, regidas por leis naturais invariáveis e a-históricas (CORAZZA, 2009b, p. 11).

Com Milton Friedman, e seu livro “Metodologia da economia positiva” (1953), o processo de positivação da economia atinge seu ápice. Levando adiante a separação da economia em positiva e normativa, Friedman propõe “um método único para as ciências positivas, nas quais inclui a economia” (CORAZZA, 2009b, p.13). A economia positiva estudaria a realidade econômica como ela é, sendo ela uma ciência objetiva, como qualquer uma das ciências físicas.

O afastamento de elementos normativos evitaria que a ciência fosse permeada pela visão de mundo do sujeito cognoscente, somente desse modo é possível alcançar uma ciência objetiva, portanto, positiva na visão de Friedman (CAVALCANTE, 2007, p. 10).

Na tese instrumentalista de Friedman, como ficou conhecida essa visão metodológica, a validade de uma teoria é dada pela sua capacidade preditiva, pois “é a capacidade de prever de uma teoria que lhe confere validade científica” (CORAZZA, 2009b, P. 14). Não há a necessidade de que as hipóteses do modelo sejam realistas, desde que o modelo construído a partir das mesmas possa prever os eventos futuros. Na visão instrumentalista, “uma hipótese é importante quando ‘explica’ muito com base em pouco” (FRIEDMAN, 1981, p. 174 apud CAVALCANTE, 2007, p. 11), ou seja, quanto mais simples uma hipótese melhor ela é, desde que possua capacidade preditiva.

Neste texto [Metodologia da economia positiva (1953)] Friedman ataca severamente as críticas à teoria neoclássica que se centram nas hipóteses irrealistas desta, defendendo que as teorias não devem ser realistas, chegando mesmo a afirmar que, quanto mais irrealistas as hipóteses, maior a generalidade e abrangência da teoria e, por isto, melhor ela é. Este autor coloca como central para a teoria não seu realismo, mas o poder de previsão: Friedman defende então uma postura na qual o positivismo sempre ameaça escorregar, o instrumentalismo, que não se importa com a verdade da teoria, com seu poder de explicação da realidade, mas apenas com seu papel de instrumento. Para este autor, o teste decisivo para uma teoria é o seu poder de previsão, não importando se as hipóteses são realistas ou não, e se a teoria explica ou não o fenômeno em questão (TEIXEIRA, 2003, p. 37).

A ciência econômica, dentre as ciências sociais, é a que mais aprofundou a positivação de seu objeto de estudo. O processo de separação da economia, enquanto economia positiva e normativa, nada mais é do que a constante busca, por parte de alguns economistas, em transformar a economia numa ciência pura e objetiva, isenta de valores e capaz de estudar todo e qualquer contexto histórico a partir de uma mesma teoria. Os economistas neoclássicos são a representação mais fecunda desse processo na economia.

A teoria neoclássica e o marginalismo, em seu desenvolvimento, foram o coroamento da visão positivista de ciência no campo social, amparando-se filosófica e metodologicamente nos autores do Círculo de Viena e mais tarde em

Karl Popper, que teve grande reconhecimento entre os economistas desta tradição e até hoje é referência entre os metodólogos da economia (TEIXEIRA, 2003, p. 5).

3.2 INDIVIDUALISMO METODOLOGICO E O TEMPO HISTÓRICO NA TEORIA NEOCLÁSSICA

Nessa seção do trabalho se analisará dois aspectos metodológicos centrais no pensamento neoclássico. Esses aspectos são consequência do processo de positivação da economia vista na seção anterior, são eles: 1) o **individualismo metodológico**⁸, método baseado no individualismo ontológico, que entende ser o todo social a simples agregação das partes a ela pertencente; portanto, um fenômeno social só pode ser entendido como científico se puder ser reduzido “às ações intencionais (particularmente ao grupo das concebidas como racionais) dos indivíduos e à forma como elas interagem” (PAULANI, 2005, p. 91); e 2) **Estabilidade estrutural**, nessa perspectiva metodológica não há espaço para mudanças qualitativas no estrutura do sistema econômico, “as características essenciais do sistema permanecerão as mesmas, [...], após uma perturbação (endógena ou exógena)” (FERRARI, 2003, p. 10), em última instância, estabilidade estrutural significa uma visão a-histórica dos processos econômicos. Nesse sentido, não há espaço para o tempo histórico nos modelos e na compreensão do sistema.

As críticas à teoria neoclássica podem ser vistas sob a ótica de que, no campo positivista, que acaba por naturalizar as relações sociais devido à sua concepção de ciência, as instituições sociais e as particularidades sócio-históricas – como de resto o próprio movimento histórico, a mudança social ou institucional – desaparecem da teoria. Tanto porque os conceitos são construídos de forma puramente abstrata tentando sempre priorizar as semelhanças, as características comuns e gerais e nunca as especificidades das formas de organização humanas, quanto porque se coloca num plano secundário a influência social no comportamento individual, sendo o indivíduo considerado sujeito pleno de suas ações que são sempre racionalmente orientadas segundo seu interesse (TEIXEIRA, 2003, p. 6).

Tanto o individualismo metodológico quanto a visão a-histórica neoclássica aparecem na economia ortodoxa como consequência do próprio processo de positivação e naturalização das relações sociais. A razão positiva tem aversão às especulações de cunho metafísico⁹, e

⁸ Individualismo metodológico não implica necessariamente em individualismo ontológico, mas a recíproca não é verdadeira. Por exemplo, Hayek, autor que defende o individualismo metodológico, “não nega a existência de estruturas supra-individuais que exerça forte influência sobre o comportamento individual; contudo, tais estruturas não podem ter uma existência autônoma” (ANGELI, 2011). Porém, não é do objetivo desse trabalho a análise dessa relação, apenas me proponho aqui a analisar o individualismo metodológico neoclássico, que é também ontológico. Sobre isso ver Paulani (2005, 90-97; ANGELI, 2011)

⁹ “O positivismo nega como científicas as buscas das causas últimas, ou ainda da essência das coisas, visto que, como salientado por Kant, o que percebemos não são as coisas em si, mas a forma sob a qual elas se manifestam para nossos sentidos, e à ciência só resta, portanto, o plano fenomênico ou empírico, ou ainda, como oposição mais direta à palavra essência, resta-nos a aparência do mundo. Assim, a ciência deve ater-se a

dessa forma, “conceitos abstratos como sociedade, Estado e classe social não possuem existência efetiva” (CORAZZA, 2009a, p. 3).

[...] é interessante notar a concepção do que é metafísica, na visão positivista. Esta é identificada com tudo aquilo que não pertence ao plano fenomênico, e assim, um conceito como “classe capitalista” ou “lógica do capital”, que não são atores que se pode ver, sentir ou tocar, que não é, pois, perceptível pelos cinco sentidos de que dispõe o homem, não são científicos, pertencem ao campo dos “profetas”, “místicos” e daqueles que são capazes de utilizar um “sexto sentido” (TEIXEIRA, 2003, p. 27).

Nessa perspectiva, uma análise econômica que não se propusesse individualista, do ponto de vista do método, abriria espaço para entidades supra-individuais de caráter metafísico.

[O individualismo metodológico] torna-se necessário para as ciências sociais pois, se o estudo dos fenômenos sociais não partisse do indivíduo, mas de um nível supra-individual, abrir-se-ia espaço para a metafísica, pois a teoria atribuiria status de atores sociais a “entidades metafísicas” como “o capital”, “a classe”, “o Estado”, etc., e para o positivismo, embora nem sempre seja possível abandonar a metafísica, deve-se fazê-lo todas as vezes em que for possível (TEIXEIRA, 2003, p. 28).

O individualismo metodológico neoclássico, como consequência da razão positiva em que se apoia, não reconhece (e necessariamente não poderia reconhecer), a existência de entes sociais abstratos, dado o caráter metafísico desses entes.

A ciência moderna, segundo menciona [Bertalanffy¹⁰], tendeu a desprezar qualquer noção de todo. Procurou explicar cada fenômeno por redução em sentido estrito, ou seja, como resultado da ação conjunta dos elementos componentes, investigados com independência uns dos outros, como se fossem unidades separadas (PRADO, 2009, p. 2)

O individualismo que surge com Adam Smith e a mão invisível, e de um modo geral com os clássicos, não possui a mesma aceção que hoje é corrente. Nos clássicos, o individualismo tinha um caráter de “hipótese comportamental”, e não metodológico, não significando, dessa forma, a impossibilidade de que a análise do sistema econômico fosse feita com base em classes sociais, como em Stuart Mill, por exemplo. (TEIXEIRA, 2003, p. 46; PAULANI, 2005, p. 77). Por outro lado, o individualismo neoclássico é metodológico, sendo então uma radicalização da noção da economia clássica.

estudar o como e não o porquê, não deve procurar responder o que as coisas são (o que é uma investigação metafísica), mas tão somente como elas funcionam ou se relacionam. Esta questão está presente, diga-se de passagem, desde a fundação do positivismo. Auguste Comte, no seu Curso de Filosofia Positiva (Comte, 1978), escreve que, no estado positivo, o espírito humano reconhece a impossibilidade de conhecer as causas últimas dos fenômenos, consagrando-se assim apenas à descoberta das leis efetivas que regem os fenômenos” (TEIXEIRA, 2003, p. 13-14).

¹⁰ Segundo Prado (2009, p. 1), Bertalanffy tem “posição singular [...] na história da ciência da complexidade: eis que formulou pretensamente uma teoria geral dos sistemas”.

O individualismo da teoria neoclássica é mais radical que o da clássica: agora que a produção não é mais o centro da análise e todos são vistos ao mesmo tempo, na alocação de recursos, como demandantes e ofertantes, não há porque se distinguir entre classes econômicas, o comportamento egoísta e racional é estendido a todos os indivíduos. É bem diferente o individualismo como hipótese comportamental do individualismo como postura metodológica, que implica excluir qualquer distinção social entre os homens, exatamente porque se deve partir do pressuposto de que todos são iguais e se comportam da mesma forma. O individualismo metodológico é, portanto, também um aprofundamento da abstração do homem econômico de Mill (TEIXEIRA, 2003, p. 47).

Essa separação entre as concepções do indivíduo na economia clássica e na economia neoclássica faria com que Hayek, autor austríaco que se debruçou sobre a discussão do individualismo, separasse as duas concepções em individualismo verdadeiro (ligado à economia clássica) e o individualismo falso (ligado ao pensamento neoclássico). (PAULANI, 2005, p. 98).

Segundo essa noção [atomista], a explicação de qualquer regularidade econômica ou social deve ser invariavelmente remetida às propriedades dos membros componentes da totalidade social em que ela aparece. Na perspectiva da cientificidade atomista, a explicação dos fatos só pode ser legitimamente encontrada na conduta individual e na decisão privada de agentes autocentrados (PRADO, 2006, p. 307-308).

Segundo Cardoso e Lima, a respeito do indivíduo racional neoclássico e a teoria da complexidade, colocam o seguinte:

Do ponto de vista epistemológico da teoria neoclássica, o ator econômico racional não precisa considerar as reações detalhadas dos outros atores em toda a sua complexidade potencial, uma vez que o equilíbrio dos preços de mercado representa toda a informação necessária. E, segundo Foley, o aspecto mais falho da teoria do equilíbrio é sua hipótese implícita de que a difusão de informação no mercado não tem custo e é instantânea. Para que o programa da escolha racional fosse realmente válido, os agentes precisariam ser capacitados o suficiente para calcular as consequências de suas ações. O autor explicita então que a complexidade do ambiente social reflete o nível de complexidade dos agentes que interagem nele, criando um problema ou um paradoxo insolúvel (CARDOSO E LIMA, 2008, p. 362-363)

Como dito por Souza (2003, p. 169), “a hipótese atomista domina a ciência positiva e está na base da concepção do *homo economicus* e de toda a construção teórica neoclássica”.

Como visto em capítulo anterior, o individualismo metodológico faz parte do conjunto de críticas feitas pela teoria novo-clássica ao pensamento velho keynesiano nos anos 70. A crítica feita, e que seria assimilada pelos novos keynesianos, questionou a falta de rigor metodológico na explicação macroeconômica, justamente porque os velhos keynesianos não teriam dado um tratamento microeconômico “satisfatório”.

Por outro lado, o segundo aspecto metodológico neoclássico, a estabilidade estrutural, está diretamente ligada à concepção e importância dada ao tempo histórico dentro desse paradigma, ou melhor, a não importância, e mesmo abstração, da história (BUENO, 1997).

O equilíbrio estrutural pode ser instável ou estável. Se for estável (estabilidade estrutural), significa que as características essenciais do sistema permanecerão as mesmas, ou quase as mesmas, após uma perturbação (endógena ou exógena), ou seja, todas as variáveis essenciais não estarão sofrendo modificações qualitativas ou evoluindo a uma taxa constante (FERRARI, 2003, p. 10-11).

Segundo Herscovici (2004, p. 806), existe nas ciências atualmente “um movimento de unificação metodológica”, não no sentido da aplicação do **determinismo** da mecânica clássica newtoniana nas ciências sociais, como ocorrido no passado, mas no sentido de “historicização do conjunto das ciências”, como consequência do desenvolvimento de um “novo paradigma ligado ao **indeterminismo** metodológico” nas ciências exatas. (HERSCOVICI, 2005, p. 277).

O determinismo metodológico, tendo na teoria neoclássica sua mais perfeita representante dentro da ciência econômica, possui algumas características essenciais à compreensão da metodológica ortodoxa: I) atemporalidade, “o tempo [histórico] não é considerado de forma explícita no modelo” (FERRARI, 2003, p. 3), implicando impossibilidade de mudanças qualitativas no sistema e a possibilidade de reversibilidade temporal; II) universalidade; dado que uma teoria considerada atemporal é, por consequente, universal (FERRARI, 2003, p. 3); e III) perfeita previsibilidade, em se tratando de leis causais e de caráter universal, a *certeza* que caracteriza o método determinista nega a “complexidade e instabilidade inerente à evolução do processo em questão” (FERRARI, 2003, p. 4).

A universalidade das leis científicas é intrinsecamente ligada à reversibilidade dos processos e a uma abordagem mecanicista e newtoniana do mundo. A reversibilidade se define pelo fato de as evoluções do sistema estudado não dependerem de determinadas condições iniciais: o teorema de Birkhoff mostra que, no âmbito da teoria ergódica, a média temporal das observações de um evento é igual, tendencialmente, à média espacial e que esta é **independente das condições iniciais**. (ARNOUX & CHEMLA, 1992, p.51). Em outras palavras, o princípio segundo o qual **todos os estados de um sistema são equivalentes** “(...) é o único fundamento possível da reversibilidade dos fenômenos mecânicos e do determinismo.” (ISRAËL, 1992, p. 272). As teses de Karl Popper (1988, 1992) a respeito da universalidade das leis científicas e de seus poderes de predição só podem ser concebidas no âmbito de tal abordagem (HERSCOVICI, 2004, P. 808-809, negrito e itálico do autor).

Dentro dessa abordagem determinista, os sistemas são considerados estáveis, tendo como característica uma visão ergódica do universo. “A ergodicidade corresponde à **homogeneidade temporal** das diferentes classes de eventos e das condições nas quais eles

ocorrem” (RUNDE, 1998 apud HERSCOVICI, 2004, p. 820). Ou seja, uma classe de eventos que acontecem num universo ergódico possui como característica uma visão a-histórica do sistema. Segundo Herscovici (2004, p. 820);

[...] coerência interna da teoria das expectativas racionais, de uma maneira geral, de toda a construção neoclássica, depende da viabilidade desta hipótese, ou seja, da natureza ergódica do universo (HERSCOVICI, 2004, p. 820).

Segundo Bueno (1997, p. 132), a estabilidade estrutural - inerente e necessária ao pensamento ortodoxo neoclássico (*economics*) – é uma propriedade de sistemas que apresentam uma dinâmica linear. Os sistemas lineares se caracterizam por serem sistemas em que, após sofrer algum tipo de perturbação, retém sua dinâmica característica. A ciência econômica é uma ciência que tem por objeto de estudo um objeto de natureza “mutável no decorrer do tempo” (FERRARI, 2003, p. 6), o que o define como um sistema que apresenta como característica a **instabilidade estrutural**. Sistemas instáveis estruturalmente são sistemas que “desdobram-se de acordo com uma dinâmica mais rica (apresentando **bifurcações** e **histerese**) do que os sistemas mais simples” (BUENO, 1997, p. 132, grifo meu).

Para começar este estudo relativo à natureza dos sistemas instáveis, mais especificamente dos sistemas sociais, objeto da análise econômica, é preciso fazer a seguinte observação: **a historicidade de tais sistemas se explica a partir do conceito de bifurcação**. Este traduz o grau de liberdade do sistema, ou seja, seu “poder diretor” (ISRAËL, op. cit., p. 266): a existência de bifurcações entra em contradição com o determinismo (Idem, p. 261) e introduz novamente a História na análise, ressaltando a irreversibilidade do tempo e das evoluções do sistema (HERSCOVICI, 2004, p. 812, grifo meu).

E em relação ao conceito de Histerese, o mesmo autor coloca.

Por outro lado, se o sistema for instável, ele se caracteriza pela sensibilidade às condições iniciais: **pequenas modificações nas condições iniciais ampliam as divergências das trajetórias no decorrer do tempo** (Idem, p. 135); aparecem processos irreversíveis de não-equilíbrios (Ibid, p. 12) que tornam as evoluções do sistema históricas no sentido de elas serem irreversíveis (HERSCOVICI, 2004, p. 813, grifo do autor).

Dessa forma, nos modelos ortodoxos neoclássicos os conceitos de bifurcação e histerese não fazem parte da análise, já que os modelos são estáveis. Passado, presente e futuro não possuem uma diferenciação histórica, apenas diferenciação temporal lógica. As condições iniciais de um sistema nada influenciam em sua dinâmica e que os processos poderiam ser revertidos.

O pensamento neoclássico representa “a mais ardilosa e bela construção teórica que a razão positiva ousou alcançar no campo das ciências sociais” (GANEM, 2003, p. 117). Os aspectos metodológicos aqui apresentados, essenciais à compreensão do método neoclássico,

representam a caracterização da ciência positiva na economia. A necessidade de compreensão metodológica dos fenômenos econômicos partindo única e exclusivamente da agregação das ações individuais busca retirar da explicação científica entes supra-individuais de caráter metafísico. Por outro lado, a estabilidade estrutural, propriedade dos sistemas estáveis, impossibilita e nega a história e suas implicações como fundamental para a compreensão da economia. Ao mesmo tempo, o paradigma determinista coloca como central a busca de leis universais, atemporais e previsíveis capazes de satisfazer ao padrão de cientificidade moderna representado pelo positivismo.

4 KEYNES, PÓS-KEYNESIANOS E MÉTODO

Neste capítulo do trabalho se fará um retorno ao pensamento metodológico de Keynes a partir da releitura feita pelos pós-keynesianos. Nos últimos anos o ressurgimento do debate sobre Keynes, no que concerne aos aspectos metodológicos, foi retomado pelos autores dessa escola com o intuito de demonstrar as diferenças que há entre o método utilizado por Keynes, fundamental ao entendimento de sua teoria, e aquilo que ficou conhecido como pensamento keynesiano. De uma maneira geral, a discussão dos aspectos filosóficos do pensamento de Keynes é uma agenda de pesquisa dentro do pensamento pós-keynesiano: o keynesianismo filosófico. Nessa agenda de pesquisa, se busca compreender o pensamento de Keynes a partir de uma leitura geral de todos os aspectos de seu pensamento, não somente como economista, mas como um filósofo-economista, como se mostrará adiante. (ANDRADE, 2000).

4.1 KEYNES E PÓS-KEYNESIANOS

O pensamento pós-keynesiano é uma escola de pensamento que tem em Keynes seu referencial, como o próprio nome indica, e “nasceu da crítica à teoria econômica clássica enunciada por Keynes principalmente nos anos 30” (CARVALHO, 1988, p. 1). Porém - diferentemente de outras teorias ditas keynesianas, como se tentou mostrar em capítulo anterior - ela tem como objetivo a superação e complementação do pensamento Keynes.

Apesar de basearem seus trabalhos fundamentalmente nos escritos de Keynes, o objetivo básico dos pós-keynesianos não é se envolver em debates exegéticos do “o que Keynes disse ou queria dizer realmente”, mas sim atualizar e dar continuidade ao projeto teórico por ele concebido. Longe de encarar os escritos de Keynes como escrituras sagradas enfaixando os mandamentos da análise econômica, os pós-keynesianos partem do pressuposto de que esses escritos, não obstante contenham algumas imprecisões e inconsistências, abrigam sugestivos e importantes insights para o aprimoramento de nossa compreensão dos fenômenos econômicos (LIMA, G, 1992, p. 97).

Enquanto a “síntese neoclássica” reduziu o escopo das contribuições de Keynes à rigidez de preços e buscou compatibilizá-lo dentro de um paradigma de equilíbrio geral walrasiano, “numa tentativa de servir tanto a Keynes como a Walras” (HOTSON, 1977, p. 327 apud LIMA, 1992, 26), os pós-keynesianos têm o propósito de desenvolver os conceitos essenciais introduzidos por Keynes em sua análise de uma economia monetária de produção, e que representavam uma nova forma de pensar a economia.

A escola pós-keynesiana se propõe a desenvolver o conceito de economia monetária proposta por Keynes nos trabalhos produzidos em torno à Teoria Geral. Esta economia monetária não se define apenas pela presença da moeda, mas pela não neutralidade da moeda, no curto como no longo prazo. Como para Keynes, para os pós-keynesianos a tarefa é o desenvolvimento de instrumentos de análise

que substanciem a visão de Keynes de uma economia monetária (CARVALHO, 1988, p. 2-3).

Por outro lado, Andrade (2000, p. 80), dando uma definição mais geral da economia pós-keynesiana, a define da seguinte maneira:

Em linhas gerais, o pós-keynesianismo significa uma releitura da teoria de Keynes baseada em vários aspectos que o “keynesianismo neoclássico” negligenciou, tais como a importância do conceito de incerteza, o reconhecimento da irreversibilidade do tempo, a centralidade do princípio da demanda efetiva e a incorporação do dinheiro como um componente crucial dos processos econômicos do capitalismo (ANDRADE, 2000, p. 80).

Dessa forma, enquanto que para o paradigma neoclássico, representado pelos “keynesianos neoclássicos”, Keynes não teve nada de revolucionário em relação ao pensamento clássico, mas apenas teria “inaugurado uma série de desenvolvimentos dentro dele” (LIMA, 1992, p. 29), para os pós-keynesianos, por outro lado, o pensamento de Keynes representa uma ruptura e revolução na ciência econômica, como o próprio chegaria a afirmar. Segundo Duayer (1995, p. 190-191), em correspondências trocadas entre Keynes e Ramsey, no período de confecção e revisão da TG, Keynes, em opinião contrária ao interlocutor, acreditava que tornar a sua obra mais palatável à ortodoxia (dada a “rudez de estilo” da obra) desfiguraria o caráter revolucionário de sua obra. Ainda segundo Duayer (ob cit., p. 191), durante um debate radiofônico em fins de 1934, Keynes teria se identificado como um autor dentro de uma escola de pensamento irreconciliável com a escola ortodoxa, “entre os quais, em suas palavras, se interpunha um abismo” (idem).

Segundo Carvalho (1988, p. 1), “o grande problema da economia clássica era, [...] não sua construção interna, mas sua concepção de mundo, ou seja, a definição de seu próprio objeto”. Nesse sentido, o objeto de Keynes, e dos pós-keynesianos, não será uma economia de troca, cooperativa ou de salário real, em que, “segundo Keynes, as características de uma economia cooperativa dessa natureza efetivamente validariam os pressupostos da economia clássica.” (LIMA, 1992, p. 115). A lei de Say, portanto, seria válida, já que numa economia de troca “os empresários nunca se defrontariam com uma eventual possibilidade de não realização do valor da produção que excedesse os custos reais incorridos em sua geração” (ob. Cit., p 115).

Nesse sentido, o objeto de Keynes e pós-keynesianos é a economia monetária de produção (ou empresarial ou de salário monetário).

Uma economia monetária [...] é aquela em que a moeda ao invés de ser mera conveniência temporária, “joga papel próprio e afeta motivos e decisões e é, em resumo, um dos fatores operativos na situação, de modo que o curso dos eventos não pode ser predito, seja no longo período como no curto, sem um conhecimento

do comportamento da moeda entre o primeiro estado e o último” (Keynes, 1973, XIII, p. 408-409). Este tipo de economia (que Keynes chama alternativamente de “economia monetária de produção”, “economia empresarial” ou “economia de salário monetário”) opera assim segundo regras diferentes daquelas identificadas pela visão ortodoxa (CARVALHO, 1988, p. 4).

Segundo Herscovici, a incerteza fundamental, tão importante a Keynes e aos pós-keynesianos, tem um papel central para a compreensão dessa economia monetária:

A incerteza enfatizada pela escola pós-keynesiana permite definir um outro universo que se caracteriza pela não ergodicidade e por outros métodos analíticos; na verdade, a “revolução keynesiana” explicar-se-ia pelo fato da Teoria Geral redefinir o objeto de estudo da Economia e as características do universo econômico, de maneira tal que ela permita “explicar” a realidade do capitalismo, ou seja, de uma economia monetária de produção, no sentido pós-keynesiano da palavra (HERSCOVICI, 2005, p. 811).

Dado que as decisões capitalistas são tomadas em um ambiente de incerteza fundamental em relação ao futuro, o que impossibilita “reduzir a incerteza a um cálculo probabilístico preciso baseado em distribuições de frequências” (POSSAS, 1987, p. 27), a moeda tem um papel fundamental na dinâmica da economia (LIMA, 1992, p. 108). As duas propriedades essenciais da moeda – elasticidade de produção nula ou negligenciável e a elasticidade de substituição nula ou negligenciável (CARVALHO, 1988, p.14) – caracterizam a moeda como um ativo com propriedades essenciais, e que, portanto, é fundamental nas estratégias empresariais (LIMA, 1992, p. 108). Ou seja, a moeda é fundamental no entendimento de uma economia capitalista, pois a incerteza fundamental e a irreversibilidade do tempo dão à moeda, dadas suas duas propriedades, uma característica de ser um ativo defensivo diante do ambiente “inóspito”.

Como dito por Keynes (1937, p. 218-219 *apud* POSSAS, 1987, p. 27), “a importância do dinheiro decorre essencialmente de ser um elo entre o presente e o futuro”. Em um mundo ergódico, “predeterminado”, em que o tempo é reversível e a incerteza se confunde com risco, “a moeda não seria vista pelos agentes econômicos como um refúgio seguro contra a irreversibilidade do tempo histórico simplesmente porque o futuro deixaria de ser algo incerto” (DAVIDSON, 1988, p. 333 *apud* LIMA, 1992, p. 108).

Lima (1992, p. 108) explicita a forma como se dá a relação entre as duas propriedades da moeda e sua influência sobre o nível de emprego, dada a incerteza fundamental, da seguinte forma:

Em primeiro lugar, sua elasticidade de produção deve ser zero (ou negligenciável), o que implica admitir, em outras palavras, que ela não cresce em árvores. Por não ser produzida através do uso do trabalho, um aumento da demanda por liquidez não expande o volume de emprego. Uma vez que o aumento da demanda por moeda

não induz um aumento proporcional na demanda por trabalhadores para a produzi-lo, movimentos em direção à liquidez tendem a provocar uma redução do nível de atividade produtiva. Especificamente, caso as famílias optem por reduzir sua demanda por bens duráveis e, conseqüentemente e concomitantemente, elevem sua demanda por liquidez, o nível de emprego no setor de bens duráveis cairá, enquanto que os recursos desempregados não poderão ser desviados para a produção de liquidez. Em segundo lugar, a moeda deve possuir uma elasticidade de substituição zero (ou negligenciável), o que implica admitir, entre outras palavras, que ela não é substituível por bens cuja elasticidade de produção seja porventura elevada (LIMA, 1992, p. 108)

Segundo Davidson (1986, p. 169 *apud* LIMA, 1992, p. 109), as implicações dessa relação se dão da seguinte maneira:

Suponha que estamos em uma situação próxima à de pleno emprego e, em seguida, tivéssemos como hipótese que algum evento torne as pessoas mais preocupadas e cautelosas a respeito do futuro incerto. Muitas pessoas desejarão adiar ou mesmo reduzir permanentemente suas compras correntes de bens e serviços, e usar mais de sua renda corrente para comprar ativos líquidos. (...) O aumento da demanda por ativos líquidos aumentará seus preços. Mas se os ativos líquidos tiverem elasticidade de produção zero, os trabalhadores demitidos não serão reempregados para produzir (...) dinheiro ou outro ativo líquido (DAVIDSON, 1986, p. 169 *apud* LIMA, 1992, p. 109).

Dessa forma, com o que foi sucintamente apresentado nesta seção, é possível perceber a diferença que existe entre a visão “keynesiana neoclássica”, de uma maneira geral, e os pós-keynesianos. Se por um lado os pós-keynesianos tem a preocupação não apenas em retornar *insights* fundamentais de Keynes, mas também em tomar como objeto de estudo a mesma definição de economia como uma economia monetária de produção e levar adiante essas ideias, os “keynesianos neoclássicos” se apresentaram com o intuito de reduzir os aspectos fundamentais de Keynes, o reduzindo a um “caso especial” do pensamento clássico, enquanto o próprio definia sua diferença de pensamento em relação aos clássicos como um “abismo”.

4.2 KEYNESIANISMO FILOSÓFICO

O processo de neoclassização do pensamento de Keynes em sua totalidade, tanto teórica quanto metodológica, representou uma releitura reducionista dos aspectos essenciais de sua obra. No que se refere aos aspectos fundamentalmente teóricos, apesar da dificuldade em separar teoria e método, é possível arguir, sem correr risco de ser superficial, que a releitura neoclássica do pensamento de Keynes foi incapaz de assimilar dentro de seu paradigma o que tinha de mais revolucionário em suas ideias: incerteza, expectativas e a moeda (LIMA, 1992, p. 34). Esses aspectos teóricos, em sua grande maioria, já foram discutidos por vários autores. É justamente da discussão desses aspectos do pensamento de Keynes e que foram

negligenciados e mal assimilados pela “síntese neoclássica” que surge o pensamento pós-keynesianos.

As discussões de cunho metodológico da obra de Keynes, por outro lado, são uma agenda de pesquisa que se iniciou nos anos 80, no chamado “keynesianismo filosófico”¹¹, e pode ser considerada recente. Segundo Andrade (2000, p. 79), apesar do “keynesianismo filosófico” (de agora em diante KF) ser uma agenda de pesquisa surgida dentro do pensamento pós-keynesiano, ele considera que há a possibilidade dela representar, dentro de suas limitações, um novo paradigma filosófico capaz de fazer frente ao paradigma positivista, base do pensamento ortodoxo neoclássico. Dessa forma, o KF, e suas reflexões contrárias ao pensamento ortodoxo,...

[...] pode erigir a base filosófica da discussão econômica que vem sendo feita desde os anos 70, a partir principalmente dos trabalhos de Joan Robinson, N. Kaldor, G. Shackle, S. Wintraub, P. Davidson, H. Minsky, J. Kregel, A. Eichner e V. Chick (ANDRADE, 2000, p. 79).

Segundo Andrade (idem), são três as causas básicas para a origem do KF.

Em primeiro lugar, como observado, o KF surge, preponderantemente, dentro do pós-keynesianismo, como uma linha específica de pesquisa. Por sua vez, a economia pós-keynesiana aparece em virtude de uma insatisfação com as propostas do “keynesianismo ortodoxo”, baseado na síntese neoclássica – contra aquilo que Joan Robinson chamou de “keynesianismo bastardo”. [...] A segunda causa básica [...] é que ela surge para municiar não só pós-keynesianos, como também outras escolas do pensamento econômico críticas do neoclassicismo, de uma perspectiva filosófica mais geral que qualquer teoria econômica, por si só, é incapaz de oferecer. [...] Em terceiro lugar, o surgimento do KF fez-se possível em virtude da edição da *Collected Writings*, de Keynes, nos anos 70, que tornou amplamente acessível um vasto número de referências bibliográficas antes não disponíveis, o que contribuiu para dar um impulso crucial à pesquisa (ANDRADE, 2000, p. 80).

O objetivo da agenda de pesquisa do KF é a compreensão de Keynes numa perspectiva mais ampla, que abarque todos os aspectos de seu pensamento de uma maneira orgânica, no sentido de ser um todo irreduzível. Filosofia, Economia, Ética, Epistemologia, Lógica, etc, são aspectos do pensamento de Keynes que são irreduzíveis a apenas um aspecto. A leitura do pensamento de Keynes única e exclusivamente a partir da TG, sem levar em conta o *Treatise on Probability* (1921), por exemplo, sua obra considerada mais “metodológica”, é reduzir a importância de suas ideias (ANDRADE, 2000).

¹¹ Segundo Andrade (2000, p. 82), quatro trabalhos principais, lançados no início dos anos 80, iniciaram a discussão da importância do pensamento filosófico de Keynes em seu pensamento: Anna Carabelli (*On Keynes Method*, 1988), Rod O'Donnell (*Philosophy, Economics and Politics*, 1989), Robert Skidelsky (*Hopes Betrayed*, 1983) e Tony Lawson e Hashem Pesaran (*Keynes' Economics: Methodological Issues*, 1985).

Desde os anos 80, uma promissora linha de pesquisa tem procurado reavaliar a obra de Keynes sob um prisma em que ele é visto não meramente como um economista, mas como um “filósofo-economista”, da mesma forma que também o foram Smith, Marx e Stuart Mill, para citar alguns. O que se denomina aqui keynesianismo filosófico constitui uma agenda de pesquisa que busca resgatar os textos filosóficos de Keynes, inéditos ou já publicados, e empreender, a partir disso, um estudo integrado de sua teoria econômica à luz desses textos. A filosofia de Keynes é o centro de gravidade em torno do qual todas as dimensões de seu pensamento (não apenas a econômica) se referem. Para compreender o economista, sugere-se entender também o filósofo, cujos escritos abrangem reflexões nas áreas da Lógica, Epistemologia, Ética, Filosofia Política e Metodologia (ANDRADE, 2000, p. 76-77).

Continua Andrade mais a frente

Até recentemente, a maioria dos estudos concentrou-se exclusivamente na GT, sem procurar estabelecer as relações com os trabalhos prévios no campo da filosofia (e da economia) nem com os trabalhos pós-GT, esses últimos imprescindíveis para uma compreensão adequada da mesma. A leitura centrada exclusivamente na GT implica na conclusão duvidosa de que não há interdisciplinaridade nem evolução (isto é, continuidades e rupturas relevantes) entre suas reflexões iniciais e posteriores, ou de que se há continuidade esta é bastante reduzida. Ou, ainda, de que não há influência mútua entre sua filosofia e sua economia. Mais do que isso, no limite, conduz à visão estreita de que esta é uma preocupação irrelevante. Assim, ao salientar as conexões entre a filosofia e a teoria econômica de Keynes, pretende-se, em consequência, relativizar e criticar a validade das leituras meramente “economicistas”, consideradas não irrelevantes ou equivocadas (apesar de que alguns de fato o são), mas insuficientes e limitadas (ANDRADE, 2000, p. 78).

Segundo Carabelli (1988 *apud* ANDRADE, 2000, p. 83), o método de Keynes, que se manteria “consistentemente pelo resto da vida”, está elaborado no *Treatise on Probability* (agora em diante TP), “livro cujas ideias ressoariam fortemente em seus trabalhos econômicos posteriores”.

O TP não surgiu como um estudo técnico sobre a teoria da probabilidade “but rather as a work of practical philosophy and ethics, concerning the application of probability to the field of moral sciences and human conduct” (CARABELLI, 1988, p. 5 *apud* ANDRADE, 2000, p. 83).

Ainda segundo Carabelli (1988, p. 7 *apud* ANDRADE, 2000, p. 83), existem três causas principais para a importância da TP: i) o livro contém uma proposta metodológica original, em contraste com o positivismo lógico de Bertand Russel; ii) ele antecipou críticas que foram posteriormente feitas em relação à epistemologia neo-positivista; e iii) a abordagem dada por Keynes no livro não era específica à área da probabilidade, mas também para outras áreas do conhecimento, assim como para a economia.

[...] a teoria da probabilidade de Keynes, é, na verdade, uma teoria do conhecimento. [...] probabilidade, em Keynes, não se refere a uma propriedade do mundo material efetivo, mas sim, ao modo de pensarmos o mundo (LAWSON, 1988, P. 43 *apud* DUAYER, 1995, p. 200).

Dessa forma, com o que foi demonstrado a respeito do KF, a filosofia de Keynes é central em sua obra. Com esse intuito, limitando o tema devido ao caráter do trabalho que aqui se faz, se analisará a seguir dois aspectos relevantes do método em Keynes, buscando fazer relação com os dois aspectos metodológicos do pensamento neoclássico analisado em capítulo anterior. São eles: i) a ontologia social orgânica do pensamento de Keynes, em contraste com o individualismo metodológico, compreende que a interação complexa entre as ações individuais, “promovem consequências não intencionais como resultado de um processo de auto-organização, permitindo o funcionamento do sistema” (CARDOSO e LIMA, 2008, p. 360); e ii) a importância da história no pensamento de Keynes, o que caracteriza os sistemas econômicos como não lineares e não ergódicos, e, portanto, sistemas com instabilidade estrutural.

4.3 ONTOLOGIA ORGÂNICA E O TEMPO HISTÓRICO

A discussão sobre visão ontológica de Keynes é um debate ainda controverso. Para alguns autores, a superação da visão atomista neoclássica em direção à ontologia orgânica representa a ruptura do pensamento de Keynes em relação a esse paradigma. Por outro lado, outros autores, entre eles Davis (CORAZZA, 2009a, p. 4), autor muito citado em textos que discutem a filosofia no pensamento Keynes, defende que inexistem evidências suficientes sobre a mudança da concepção ontológica. Porém, segundo Corazza (2009a, p. 3), “é mais forte a tendência a sustentar” a primeira das visões.

A ontologia social organicista do pensamento de Keynes é uma contraposição à visão ontológica atomista. A visão atomista é a base de sustentação do individualismo metodológico, e essa visão:

[...] considera os indivíduos como partes independentes do todo, como átomos governados por leis determinísticas, de modo que é possível identificar o vínculo causal entre as ações individuais e os seus resultados, ou entre causa e efeito (CORAZZA, 2009a, p. 3).

Segundo Andrade:

Esta última, [a hipótese atomista], ao privilegiar conceitos como homogeneidade, divisibilidade, independência, reversibilidade do tempo e repetitividade de eventos, abriu caminho para a formalização matemática desmesurada. Contrária a essa agenda, Keynes usou, como observado, a noção de “complexidade orgânica” ou uma lógica “organicista” da probabilidade (CARABELLI, 1988 apud ANDRADE, 2000, p. 86).

Segundo Andrade, “a teoria da probabilidade de Keynes é também orgânica (ou não atomística), daí Carabelli se referir ao termo ‘complexidade orgânica’” (ANDRADE, 2000, p. 84). Andrade definiu a complexidade orgânica da seguinte maneira:

Por complexidade orgânica entendo, não necessariamente seguindo a definição de Carabelli, que sistemas complexos, como, por exemplo, a economia, a sociedade, um organismo, são estrutural e hierarquicamente diferenciados. A ideia de diferenciação hierárquica estrutural propõe que as partes dos sistemas interagem umas com as outras e possuem relações internas de determinação entre si. Tal abordagem evita o método reducionista centrado exclusivamente no comportamento das partes que constituem o sistema. As partes de um todo estão organicamente interconectadas no que se refere à sua natureza, função, significado e existência. Um sistema organicamente complexo é, portanto, distinto de um mero agregado em virtude do condicionamento e dependência das partes ou componentes às suas posições no todo. Neste sentido, sistemas complexos são mais do que a soma de suas partes (ANDRADE, 2000, p. 84).

Corazza chega a afirmar que a visão econômica de Keynes:

Sendo uma visão complexa, [...] pode ser compatibilizada com uma ontologia “dialética”, para o qual o ser não é estático, mas dinâmico, complexo e contraditório, envolvendo tempo e história (2009b, p. 15).

A teoria dos sistemas complexos, ou abordagem da complexidade, tem trazido inovações na forma de pensar a realidade econômica. Segundo Herscovici (2004, p. 806), juntamente os estudos ligados à entropia e à “teoria do caos”, a análise dos sistemas complexos tem possibilitado uma mudança de paradigma metodológico nas ciências, e, conseqüentemente, na economia. De um lado, o **determinismo metodológico** ligado à mecânica clássica e à visão positiva de ciência, e, dentro da economia, ao pensamento neoclássico; do outro, o **indeterminismo metodológico**, relacionado à teoria dos sistemas complexos, “teoria dos caos”, entre outros¹².

[...] verifica-se a necessidade de considerar o indeterminismo e a assimetria do tempo nas leis científicas de tal modo que elas possam incluir em seu leque explicativo a complexidade e a irregularidade, que são a regra e não a exceção dos eventos [...] (FERRARI, 2003, p. 4).

Segundo Prado:

O ponto de partida teórico da chamada teoria dos sistemas complexos está bem estabelecido e é largamente conhecido. Como observou já em 1945, com clareza, o autor da *Teoria geral dos sistemas*, Bertalanffy, ele se situa na constatação das limitações dos procedimentos analíticos na investigação científica, os quais foram consagrados por Descartes, Galileu e Newton, pensadores esses conhecidos como os pais-fundadores da ciência moderna (Bertalanffy, 1969, p. 18 apud PRADO, 2009, p. 1).

Ou seja, o ponto de partida desse novo paradigma é a crítica à visão de ciência moderna, positiva e determinista, e às suas limitações ao tratar de objetos que possuam múltiplas partes

¹² A respeito das diversas “inovações” que têm sido feitas nas ciências na direção do indeterminismo metodológico e sobre a influência dessas na economia ver Herscovici (2004; 2005).

em interação. Prado, ao tratar dessas limitações da ciência moderna, com base em Bertalanffy, e ao mesmo tempo criticando o individualismo ontológico e o metodológico, diz o seguinte¹³:

[Bertalanffy] Argumentou que o emprego dos procedimentos analíticos no estudo de objetos compostos de múltiplas partes depende de duas condições que nem sempre estão satisfeitas. A primeira exige que as interações entre as partes sejam suficientemente fracas para serem negligenciadas ou mesmo que sejam inexistentes. Pois, apenas nessas circunstâncias particulares, o todo fenomênico pode ser visto com mero resultado da agregação de suas partes. A segunda diz que os vínculos de causa e efeito que vão das partes para o todo têm de ser lineares ou aproximadamente lineares. Pois, só nesse caso, faz sentido pensar que o comportamento do todo segue o padrão do comportamento das partes. Se pequenas variações das partes resultam, por exemplo, em efeitos globais desproporcionalmente grandes, o comportamento do todo não resulta meramente da mera [sic] sobreposição dos comportamentos das partes. É o que ocorre notoriamente, por exemplo, nos fenômenos designados genericamente por transições de fase. Ora, argumentou ele, essas duas condições nunca ocorrem nas “entidades chamadas sistemas, isto é, naquelas que consistem de partes em interação” [como a economia] (Bertalanffy, 1969, p. 19).

A ciência moderna, segundo menciona, tendeu a desprezar qualquer noção de todo. Procurou explicar cada fenômeno por redução em sentido estrito, ou seja, como resultado da ação conjunta dos elementos componentes, investigados com independência uns dos outros, como se fossem unidades separadas. A ciência contemporânea, entretanto, passou a enfrentar o desafio de compreender certos todos considerando não só os seus elementos componentes, mas também o modo como eles estão organizados e como interagem no interior dessa organização. Há, pois, objetos legítimos de investigação científica que “não podem ser entendidos por meio da investigação das suas respectivas partes em isolamento” (Bertalanffy, 1969, p. 37). Tais objetos são sistemas, ou seja, conjuntos de elementos dispostos dentro de determinada ordem e em processo contínuo de interação (PRADO, 2009, p. 2).

Segundo Cardoso e Lima (2008, p. 361-362), apesar de Keynes ter escrito seus textos antes do desenvolvimento da teoria dos sistemas complexos, o que representaria um “exercício de anacronismo” encaixá-lo dentro dessa visão, é possível afirmar que Keynes representou uma “antecipação” dos posteriores desenvolvimentos da abordagem dos sistemas complexos.

A complexidade da economia, segundo a perspectiva de Keynes. [...] já está presente na sua concepção de natureza humana: a complexidade do mundo começa com a complexidade do ser humano (CARDOSO e LIMA, 2008, p. 361).

Continuam os mesmos autores mais a frente, com base em Arthur (1999):

[Os] sistemas complexos, conforme argumenta Arthur [1999], surgem naturalmente na economia. Os elementos econômicos, ou seja, os agentes humanos, reagem estrategicamente ao considerarem os resultados que podem ocorrer como consequência da ação que podem realizar. E é exatamente a particularidade desses elementos econômicos que adiciona à economia uma complicação que não existe nas ciências naturais. O autor ainda complementa que, uma vez que se adote a perspectiva da complexidade, com sua ênfase na formação das estruturas, os

¹³ A citação que se segue será colocada na íntegra pela importância e significado que tem na temática do trabalho que aqui se faz.

problemas que envolvem predição na economia parecem ser bem diferentes do que o seriam sob uma perspectiva tradicional. A abordagem da complexidade, conforme o autor, “[p]ortrays the economy not as deterministic, predictable and mechanistic; but as process-dependent, organic and always evolving” (p.4) (CARDOSO e LIMA, 2008, p. 363).

Nas ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, e na economia, especificamente, se lida com indivíduos que tomam decisão de forma deliberada, a partir de uma racionalidade adaptativa. Para Keynes a economia é uma ciência moral, que lida com introspecção e valores, além de motivos, expectativas e incertezas psicológicas. (CW, X, p. 186 apud CARDOSO E LIMA, 2008, p. 361). Keynes, em passagem muito conhecida, faz uma analogia entre a queda de uma maçã e o comportamento humano, assim descrito e analisado por Cardoso e Lima:

Relembrando a pseudo-analogia entre a queda da maçã e o comportamento humano, num sistema mecânico newtoniano, a queda da maçã depende apenas da força da gravidade, e não da vontade da maçã. [...] o que nos parece que Keynes pretende dizer é que o organismo econômico – composto de átomos pensantes – é um sistema complexo, no qual, para que a “maçã” realmente caísse, seria necessário “convencê-la”. Vale dizer, a “maçã”, nesse caso, sendo dotada de vontade e de pensamento estratégico, só cai se ela realmente quiser (CARDOSO e LIMA, 2008, p. 361).

A questão relacionada à importância da história no pensamento de Keynes, o segundo dos aspectos metodológicos aqui estudados, é central na compreensão da Keynes e dos pós-keynesianos. Segundo Bueno (1997), a importância dada à história é um dos critérios fundamentais para a demarcação entre a economia política e a economia convencional. As abordagens capazes de incorporar a história em seus modelos “abre espaço para mudanças na dinâmica de longo prazo dos sistemas econômicos” (BUENO, 1997, p. 128).

Segundo Carvalho (2003, p. 183), o tempo em Keynes tem um significado diferente daquele que é dado por diversas abordagens. A direção do tempo, nessas abordagens, é irrelevante, portanto, reversível. Por outro lado, em Keynes, ainda segundo Carvalho, o tempo é tratado de duas formas: pelo seu caráter **expectacional** e **histórico**.

Esta expressão, [tempo expectacional], refere-se que uma primeira dimensão relevante do tempo na análise econômica refere-se [sic] ao processo pelo qual o futuro é “trazido” para o presente na tomada de decisão individual. Quem toma uma decisão compara sequelas esperadas da ação que se contempla, que se constituem em sequências determinadas de eventos em datas determinadas. A escolha de ações alternativas depende da percepção de vantagens e desvantagens de cada classe de sequelas e, assim, da percepção do tempo e do seu desenrolar pelo tomador de decisões. Na expressão de George Shackle, ao tomar-se uma decisão “telescopa-se” o futuro, isto é, traz-se o futuro para o presente, do mesmo modo que um telescópio traz imagens espacialmente distantes para a proximidade do observador. Este tempo é expectacional, porque, na verdade, ele é subjetivo e tem duração indefinida,

mesmo que os horizontes para os quais as expectativas sejam formadas possam ser especificados no calendário (CARVALHO, 2000, p. 183)

E define o tempo histórico da seguinte maneira:

[Tempo histórico] refere-se ao fato que a história é construída e não apenas descoberta [...]. Isso significa que a história vai sendo feita pelos agentes e, por isso mesmo, sua sequência é irreversível. Os caminhos não-trilhados não permanecem como alternativas factíveis quando uma decisão é tomada e uma ação iniciada. Decisões podem ser cruciais, isto é, podem destruir as condições que lhes deram origem, e com isso, eliminar a possibilidade de reversão ao estado original (CARVALHO, 2000, p. 183-184).

Ainda segundo Carvalho (2003), a relação entre os dois conceitos do tempo em Keynes é de reciprocidade e influencia. O tempo histórico, e seu caráter de ser irreversível, tem importância fundamental para conceito de tempo expectacional. O fato de que o tempo histórico é irreversível e incerto implica que as decisões dos agentes devem ser tomadas com base em expectativas; “a incerteza é uma elemento *sine qua non*, pois é devido à ocorrência dela que se forma uma expectativa” (FERRARI FILHO e TERRA, p. 277). Por outro lado, são as decisões tomadas com base em expectativas que constroem o tempo histórico; “o tempo histórico implica trajetória histórico-institucional futura diversa do contexto presente, porém composta a partir deste” (FERRARI FILHO e TERRA, p. 277).

Segundo Herscovici (2004, p. 809), os sistemas ditos instáveis, como a economia e/ou os sistemas sociais, possuem a características de serem sistemas irreversíveis, e que, portanto, o tempo histórico é essencial na análise do objeto de estudo. “Os sistemas dotados de instabilidade estrutural são os únicos capazes de incluírem a história em sua lógica.” (BUENO, 1997, p. 132). Keynes e os pós-keynesianos, por sua vez, a partir da compreensão do universo como não ergódico (LIMA, 1992), tem na ideia de tempo irreversível e incerto como central em suas teorias; ao mesmo tempo - por incluírem a história no processo de análise - se caracterizam por serem modelos que enfocam a mudança estrutural, ou a instabilidade estrutural do sistema econômico.

O processo de mudança estrutural, tal como visto por Keynes, pode ser decomposto segundo dois níveis de abstração. No primeiro enquadra-se a distinção entre economia de trocas e economia monetária [...]; no segundo, a transição entre as posições de equilíbrio com desemprego involuntário que [...] são imprevisíveis no detalhe, mas processam-se segundo uma lógica que pode ser apreendida utilizando o instrumental da teoria da complexidade (BUENO, 1997, p. 142).

Segundo Bueno (1997, p. 142-145), a distinção feita por Keynes entre a economia de trocas e a economia monetária focaliza desde o início a importância da mudança estrutural no sistema econômico. Numa economia monetária “as regras de funcionamento [do sistema] são afetadas

pela moeda” já que ela possui um peso importante nas expectativas dos agentes. “Tais expectativas, como se sabe, não são formuladas sob bases sólidas”, e portanto, mudanças estruturais qualitativas podem ocorrer no sistema como consequência de uma mudança nas expectativas. Por outro lado, em concomitância com o conceito de tempo histórico dado por Carvalho (2003), o equilíbrio no pensamento de Keynes e pós-keynesianos, diferentemente da noção de equilíbrio usado pelo pensamento ortodoxo neoclássico, tem uma fundamentação no tempo histórico:

O equilíbrio em cada momento, apesar de apresentar características qualitativamente diferentes das posições anteriores, não pode ser entendido sem referência a essas posições, isto é, sem tomar em conta o processo histórico, por exemplo, a evolução das instituições financeiras que o produziu (BUENO, 1997, p. 144).

“A estabilidade”, segundo Herscovici (2004, p. 810), “se caracteriza pelo fato de o sistema não apresentar hipersensibilidade às condições iniciais”. Como dito acima por Bueno, ao analisar o processo de mudança estrutural do equilíbrio, a estabilidade não é o caso do pensamento de Keynes e pós-keynesianos, pois para eles o equilíbrio só pode ser entendido a partir do conhecimento das condições anteriores. “[...] o equilíbrio em cada momento é produto da evolução histórica, isto é, reflete em grande medida decisões tomadas no passado, que moldam a trajetória da economia”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades abertas com as contribuições fundamentais do pensamento de Keynes foram eclipsadas com o desenvolvimento da chamada “síntese neoclássica”. Os insights de seu pensamento que carregavam um maior poder de modificação do paradigma ortodoxo dominante foram renegados a segundo plano (ou mesmo excluídos) nesse processo de neoclássização.

Esse processo teve início com os trabalhos de Hicks, Hansen, Samuelson, Modigliani e Patinkin, autores que ficariam conhecidos num primeiro momento como keynesianos (posteriormente, velhos keynesianos). Esses autores, a partir de interpretações reducionistas da TG, reduziram o pensamento original de Keynes a um “mero caso especial” do pensamento clássico a que Keynes se propôs superar. Posteriormente, uma segunda geração de Keynesianos (Mankiw, Romer, Barro, etc), agora conhecidos como novos keynesianos, aprofundariam o processo de neoclássização e afastariam ainda mais o pensamento dito “keynesiano” daquilo que Keynes entendia ser o funcionamento normal de uma economia monetária de produção (DAVIDSON, 1999).

A partir do surgimento da teoria pós-keynesiana, se buscou retornar a Keynes, com o objetivo de poder resgatar no autor aspectos teóricos que são fundamentais para compreender o funcionamento de uma economia monetária, como a capitalista, e dar continuidade a essa compreensão. Essa mesma escola (pós-keynesiana), aprofundando a compreensão do pensamento Keynes, não somente como economista, deu início a uma agenda de pesquisa, o Keynesinismo Filosófico, que buscou justamente mostrar os aspectos filosóficos do pensamento de Keynes que são não só importante para o entendimento de seu pensamento quanto da própria economia.

Este trabalho, tendo com base esse referencial teórico pós-keynesiano, buscou demonstrar a importância de dois aspectos metodológicos do pensamento de Keynes, diferentemente dos aspectos metodológicos do pensamento neoclássico. A superação do individualismo metodológico no pensamento de Keynes surge a partir de um pensamento ontológico orgânico complexo, em que a complexidade da economia nasce antes de tudo com a complexidade do indivíduo, mas que também reflete uma interação entre os indivíduos e destes com o todo social em que estão inseridos, representou um avanço na forma de pensar a macroeconomia, sem ser necessário a microfundamentação da mesma. A emergência de propriedades e

característica não intencionais no todo social impede a redução da macroeconomia a explicações microeconômicas.

Por outro lado, o tempo em Keynes é fundamental, tanto por seu caráter expectacional quanto por seu caráter histórico. Diferentemente do pensamento neoclássico, em que o universo é ergódico, e, conseqüentemente, o tempo é reversível, em Keynes e pós-keynesianos o universo é não ergódico, e, portanto, não é predeterminado, mas antes de tudo construído, em que as condições anteriores (ou iniciais) do sistema são extremamente importantes para o conhecimento das condições seguintes. Por enfatizar a importância do tempo histórico, o pensamento de Keynes e pós-keynesianos possibilita a compreensão do sistema econômico a partir de uma dinâmica mais rica (BUENO, 1997), já que são sistemas ditos instáveis e que se caracterizam por serem estruturalmente instáveis.

O pensamento original de Keynes deve ser revisitado por conter *insights* fundamentais à compreensão da dinâmica de uma economia em que a moeda, a incerteza e as expectativas tem um caráter fundamental e tornam ainda mais complexa a compreensão de um objeto de estudo por si só arraigado de complexidade, como é característica de toda ciência social, já que o indivíduo é complexo e histórico.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Ricardo Luís Chagas. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1. p. 29-56, 2002.
- ANDRADE, Rogério. A agenda do keynesianismo filosófico: origens e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 20, p. 76-94, 2000.
- ANGELI, Eduardo. Uma discussão sobre o individualismo em Economia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia**. 2011.
- BUENO, Newton Paulo. Um critério de demarcação para a abordagem de economia política. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 8, n.1-10, p. 126-148, 1997.
- CARDOSO, F.; LIMA, G, T. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, p. 359-381, 2008.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária**. Texto para discussão, UFRJ, set. 1988.
- _____. Características essenciais do método de Keynes na Teoria Geral. In: Gentil Corazza. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 175-185.
- CAVALCANTE, Carolina M. **Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico**. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (UFF/Economia, mar.)
- CORAZZA, Gentil. O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx. In: Gentil Corazza. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 43-60
- _____. Aspectos metodológicos do pensamento de Keynes. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 12, 2009, Maringá. **Anais do XII Encontro de Economia da Região Sul**, 2009a.
- _____. Ciência e método na história do pensamento econômico. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, p. 01-24, 2009b.
- DAVIDSON, Paul. Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes *versus* velho e novo keynesiano. In: LIMA, Gilberto. T. ; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. (Orgs.). **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 35-64
- DUAYER, M. Ontologia social organicista pós-keynesiana: ruptura com o neoclassicismo? **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 190-217, 1995.
- FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro. Sobre metodologia e teoria econômica: prelúdio para um corte teórico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 8, 2003, Florianópolis. **Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política**. Florianópolis, 2003.
- FERRARI FILHO, F.. Keynesianos, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma crítica pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n.2, p. 78-101, 1996

FERRARI FILHO, Fernando; TERRA, Fábio. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, p. 271-295, 2011.

GANEM, Ângela. Teoria Neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: Gentil Corazza. (Org.). **Métodos em ciência econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 117-131.

HERSCOVICI. Irreversibilidade, incerteza e teoria Econômica: reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na ciência econômica. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 34, n.4, p. 805-835, 2004.

_____. História, entropia e não linearidade: algumas aplicações possíveis na Ciência Econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n.3, p. 277, 2005.

LIMA, Gilberto. T.. **Em busca do tempo perdido**: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego do Keynes. Rio de Janeiro: BNDES, 1992, 179 p .

LIMA, Luiz. A. O. As funções IS-LM e a neoclassização do pensamento de Keynes. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 2, p. 41-57, abr.-jun./1989.

MANKIW, Gregory N.. The reincarnation of Keynesian economics. **European Economic Review**, Elsevier, v. 36, p. 559, abr. 1992.

_____. Recent developments in macroeconomics: A very quicker refresher course. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n 3, 1998.

MAZZUCHELLI, Frederico A grande depressão dos anos 1930 e a crise atual: contrapontos e reflexões. In: Aloísio Sérgio Barroso; Renildo Souza. (Org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013, v. 1, p. 209-248.

MIRANDA, Luiz. Uma nota sobre o equilíbrio, a demanda efetiva e a dinâmica capitalista em Keynes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, p. 140-149, 1996.

PAULANI, L. M. . **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 214p.

POSSAS, M. L. **A Dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem Teórica. São Paulo,: Brasiliense, 1987, 352p.

_____. A cheia do mainstream: comentário sobre os rumos da ciência econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 13-37, 1997.

_____. Demanda Efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 3, n.2, p. 17-46, 1999.

SICSÚ, João. Keynes e os novos-keynesianos. **Revista de Economia Política**, v. 19, n 2, abr./jun., 1999.

SOUZA, Maria Aparecida Grendene. O método e visão de mundo em Keynes: uma abordagem alternativa. In: Gentil Corazza. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, v. 1, p. 153-174, 2003.

PRADO, E. F. S. A questão da comparação das teorias em "economia". In: Gentil Corrazza. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, p. 189-205, 2003.

_____. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, p. 303-322, 2006.

_____. Três concepções de complexidade. **Economia, complexidade e dialética**, São Paulo, 2009.

em: <http://www.usp.br/feaecon/incs/download.php?i=532&file=../media/livros/file_532.pdf>
Acesso em: 01 de dez. de 2014.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Positivismo, historicismo e dialética na metodologia da economia**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-15042004-163513/>> Acesso em: 04 de nov. de 2014.